

recur sos

*Luiz Fernando
Valladão Nogueira*

e proc edime ntos

*nos tribunais
no código de processo civil*

6ª edição





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Luiz Fernando Valladão Nogueira.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Araes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtor Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Leticia Robini Nathália Torres
<i>Diagramação</i>	Bárbara Rodrigues Enzo Zaqueu Prates Nathália Torres

1175671

Catálogo na Publicação (CIP)

N778 Nogueira, Luiz Fernando Valladão, 1965-
Recursos e procedimentos nos tribunais / Luiz Fernando Valladão. - 6. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
368 p.

ISBN 978-65-5589-027-3

1. Direito. 2. Direito Processual. 3. Julgamento e vias de recursos. I. Título.

CDDir: 341.435

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

1. OS PRINCÍPIOS E AS DEMAIS FONTES DO DIREITO	17
1.1. Conceitos Gerais	17
1.2. Princípios Adotados pelo Novo CPC	19
1.3. Princípios adotados pelo NCPC , quanto aos Recursos e Procedimentos nos Tribunais	36
2. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	43
2.1. Conceito	43
2.2. Atos sujeitos a recursos	44
2.2.1. Os atos processuais	44
2.2.2. Os atos judiciais	45
2.2.3. Atos judiciais sujeitos a recursos	48
2.3. Classificação dos recursos quanto à finalidade	51
2.4. O juízo de admissibilidade e o juízo de mérito.....	52
2.4.1. Admissibilidade do recurso	52
2.4.2. Juízo de mérito.....	57
2.5. Pressupostos de admissibilidade.....	58
2.5.1. Legitimidade recursal	59
2.5.2. Interesse recursal – Derrota e sucumbência jurídica.....	66
2.5.3. Tempestividade	68
2.5.4. Adequação	72
2.5.5. Regularidade formal	74
2.5.6. Preparo	75

2.6. Sucumbência Recursal.....	78
2.7. Os Efeitos dos Recursos. obtenção excepcional do efeito suspensivo e da antecipação da tutela recursal.....	81
2.8. Recurso Adesivo.....	87
2.9. Recurso: Desistência e Renúncia.....	89
2.10. Recurso: Alcance da Decisão e o Litisconsórcio.....	91
2.11. Técnica de julgamento nas hipóteses de divergência nos tribunais – art. 942 CPC.....	92
2.11.1. Rápida incursão nos principais critérios de interpretação das normas.....	92
2.11.2. O art. 942 CPC e o desgaste dos embargos infringentes. Sistema anterior para as hipóteses de divergência nos tribunais de 2ª instância.....	96
2.11.3. O art. 942 CPC. Abordagem conceitual. Literalidade e opções claras – Descabimento de ampliações ou restrições para as hipóteses de cabimento.....	97
2.11.4. A Técnica de julgamento e a matéria encaminhada ao colegiado amplo.....	107
2.11.5. O Procedimento: ampliação, participação dos advogados, julgamento final. Nulidade por inobservância e formas de insurgimento.....	111
2.11.6. Rápida conclusão.....	114

3. APELAÇÃO **117**

3.1. Conceito e Adequação.....	117
3.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade na Apelação.....	118
3.2.1. Tempestividade.....	118
3.2.2. Regularidade formal.....	118
3.3. Efeitos da Apelação.....	118
3.3.1. Efeito suspensivo.....	118
3.3.2. Efeito devolutivo.....	123
3.4. Processamento da Apelação.....	127
3.4.1. Procedimento em 1ª instância.....	127
3.4.2. Procedimento em 2ª instância.....	128

3.4.3. Obtenção excepcional de efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal na apelação.....	129
--	-----

4. AGRAVO DE INSTRUMENTO **131**

4.1. Conceito e Adequação (hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento – Art. 1015 NCPC).....	131
4.1.1. Mandado de segurança contra decisão interlocutória – Limitação após posicionamento do STJ sobre o art. 1015 CPC.....	143
4.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade do Agravo.....	145
4.2.1. Tempestividade.....	145
4.2.2. Regularidade formal.....	145
4.3. Efeitos e Procedimento do Agravo de Instrumento.....	146
4.3.1. Efeitos – devolutivo/translativo e suspensivo.....	146
4.3.2. Procedimento.....	151
4.3.2.1. Juízo de Retratação.....	152
4.3.2.2. Recorribilidade da decisão sobre efeito suspensivo ou antecipação da tutela recursal.....	153

5. AGRAVO INTERNO **155**

5.1. Conceito e Adequação.....	155
5.1.1. Julgamentos colegiados.....	155
5.1.2. Finalidade do agravo interno e a decisão monocrática.....	156
5.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade.....	156
5.2.1. Tempestividade.....	156
5.2.2. Regularidade formal.....	156
5.3. Efeitos e Procedimento do Agravo Interno.....	157
5.3.1. Efeitos.....	157
5.3.2. Procedimento.....	157

6. EMBARGOS DECLARATÓRIOS **161**

6.1. Conceito e Adequação – omissão, obscuridade, contradição e erro material.....	161
6.1.1. Conceito e justificativa dos embargos declaratórios.....	161

6.1.2. Cabimento – “Qualquer decisão judicial”	164
6.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade	165
6.2.1. Tempestividade	165
6.2.2. Regularidade formal	165
6.2.3. Inexigibilidade de preparo	165
6.3. Efeitos dos Embargos Declaratórios	165
6.3.1. Efeitos	165
6.3.2. Obtenção excepcional do efeito suspensivo	166
6.4. O Efeito Modificativo ou Infringente	166
6.5. Efeito Interruptivo do Prazo a Outros Recursos e Embargos Protelatórios	167
6.5.1. Interrupção do prazo	167
6.5.2. Multa e intuito manifestamente protelatório	169
6.6. Os Embargos Declaratórios e a Reiteração do Recurso já Interposto	169
6.7. O Procedimento dos Embargos Declaratórios	170
7. RECURSO ORDINÁRIO	173
7.1. Conceito, Adequação e Prazo	173
7.2. Efeitos e Procedimento	174
8. RECURSO ESPECIAL	177
8.1. Conceito, Adequação e Prazo	177
8.2. Pressupostos Específicos de Admissibilidade – Matéria Jurídica, Prequestionamento e Esgotamento das Instâncias Ordinárias. Nova Flexibilização	178
8.2.1. Pressupostos específicos de admissibilidade	178
8.2.2. Afastamento da jurisprudência defensiva – Atenuação no rigor dos pressupostos de admissibilidade	179
8.2.3. Flexibilização do prequestionamento	182
8.2.4. Fungibilidade entre recurso especial e recurso extraordinário	186
8.3. Regularidade Formal	188

8.4. Efeitos do Recurso Especial.....	189
8.4.1. Efeitos.....	189
8.4.2. Efeito translativo.....	189
8.4.3. Obtenção excepcional de efeito suspensivo.....	191
8.4.4. Obtenção excepcional da antecipação da tutela recursal.....	193
8.5. Procedimento.....	194
9. RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	197
9.1. Conceito e Adequação.....	197
9.2. Repercussão Geral e Demais Pressupostos.....	198
9.3. Recurso Extraordinário e Julgamento com Modulação.....	200
10. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	201
10.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	201
10.2. Efeitos, Regularidade Formal e Procedimento.....	202
11. INCIDENTES E PROCEDIMENTOS DE UNIFORMIZAÇÃO NOS TRIBUNAIS: ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA, INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS, INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E RECURSOS ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO REPETITIVOS.....	205
11.1. Princípio da Estabilidade da Jurisprudência e Algumas Especificidades.....	205
11.1.1. Precedentes e Teoria dos motivos determinantes.....	207
11.2. Assunção de Competência.....	210
11.2.1. Cabimento.....	210
11.2.2. Vinculação.....	211
11.2.3. Procedimento.....	212
11.3. Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva.....	212
11.3.1. Cabimento.....	212
11.3.1.1. Procedimento-Modelo X Causa-Piloto.....	213
11.3.2. Procedimento e vinculação.....	215
11.4. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	217

11.4.1. Cláusula de reserva de plenário.....	217
11.4.2. Procedimento e vinculação.....	218
11.5. Os Recursos Especial e Extraordinários Repetitivos.....	219
12. RECLAMAÇÃO	221
12.1. Natureza Jurídica.....	221
12.2. Reclamação antes do NCPC.....	221
12.3. Cabimento.....	224
12.3.1. Preservação da Competência.....	225
12.3.2. Preservação da Autoridade das Decisões.....	226
12.3.3. Observância de Súmula Vinculante e Decisão em Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	227
12.3.4. Observância de Decisão em IRDR e Assunção de Competência.....	230
12.3.5. Observância das Decisões em RE e REsp repetitivos e com Repercussão Geral reconhecida.....	231
12.3.6. Situação específica das Turmas Recursais.....	234
12.4. Legitimidade.....	239
12.5. Procedimento.....	239
12.6. Prazo.....	243
12.7. Coexistência com Recurso.....	244
12.8. Recursos Cabíveis.....	244
12.9. Conclusão.....	245
13. A AÇÃO RESCISÓRIA	247
13.1. A Coisa Julgada.....	247
13.1.1. Relevância e conceito.....	247
13.1.2. Coisa julgada material e formal. Preclusão. Distinções relevantes.....	252
13.1.2.1. Coisa Julgada Formal.....	252
13.1.2.2. Preclusão.....	253
13.1.3. Coisa julgada e sua eficácia. Rediscussão vedada. A relativização.....	255

13.1.4. A coisa julgada e os atos judiciais. Sentença, acórdão, decisão monocrática e decisão interlocutória de mérito.....	259
13.1.5. Os limites objetivos da coisa julgada.....	261
13.1.6. Os limites subjetivos da coisa julgada.....	262
13.2. Ação Rescisória. Conceito e Cabimento.....	265
13.2.1. Conceito.....	265
13.2.2. Cabimento.....	267
13.3. Ação Rescisória e Competência.....	273
13.4. Ação Rescisória e a Sentença dada por Prevaricação, Concussão ou Corrupção do Juiz.....	279
13.5. Rescisória e Juiz Impedido ou Absolutamente Incompetente.....	281
13.6. Rescisória e as Hipóteses de Dolo, Coação, Simulação e Colusão.....	283
13.7. Rescisória e a Ofensa à Coisa Julgada.....	287
13.8. Rescisória e a Decisão que “Violar Manifestamente Norma Jurídica”.....	290
13.9. A Rescisória e a Falsidade da Prova.....	294
13.10. A “Prova Nova” e a Rescisória.....	297
13.11. A Rescisória e o “Erro de Fato”.....	300
13.12. As Partes na Ação Rescisória.....	303
13.13. A Petição Inicial da Ação Rescisória.....	308
13.14. O Processamento da Ação Rescisória.....	312
13.15. O Julgamento da Ação Rescisória.....	314
13.16. O Trânsito em Julgado e o Prazo Decadencial.....	317
13.17. Efeito Suspensivo e a Ação Rescisória.....	323
13.18. Institutos Similares: Ação Anulatória (Art. 966 §4º NCPC) e a Querela Nullitatis.....	329
13.18.1. Ação anulatória.....	329
13.18.2. Ação querela nullitatis.....	333

14. REMESSA NECESSÁRIA. ASPECTOS RELEVANTES E ALTERAÇÕES DO CPC/15	337
<hr/>	
14.1. Conceito e justificativa. Princípios. Duplo grau de jurisdição e a fazenda pública.....	337
14.2. Base legal e atos judiciais sujeitos à remessa necessária.....	338
14.3. Hipóteses de cabimento. Interpretação analógica X restritiva. Hipóteses de dispensa (aspectos qualitativo e quantitativo).....	343
14.4. Limites do efeito devolutivo na remessa necessária.....	349
14.5. Especificidades derradeiras e conclusão.....	350
15. SUSTENTAÇÃO ORAL	353
<hr/>	
15.1. Considerações Iniciais.....	353
15.2. As Hipóteses de Cabimento de Sustentação Oral. Normatização do Tema.....	353
15.3. O Conteúdo da Sustentação Oral.....	356
15.4. Postura e Procedimento: o Advogado e a Sustentação Oral.....	359
15.4.1. Princípios a serem observados.....	359
15.4.2. Etapas e critérios.....	360
15.4.3. Erro material no voto proferido e sua imediata arguição pelo orador. Arguição posterior por embargos declaratórios.....	362
15.5. Conclusão.....	362
REFERÊNCIAS	365
<hr/>	